

Projeto de ^{das} Constituinte recebe 11 emendas

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Até as 18 horas de ontem, a secretaria da comissão mista do Congresso que examina a proposta de emenda constitucional do governo havia recebido 11 propostas de modificações no texto original. O prazo para a apresentação de subemendas terminou ontem e, já na terça-feira, a comissão vai reunir-se para aprovar o seu roteiro de trabalho e a relação das pessoas que serão convidadas, entre juristas e representantes da sociedade civil, para debater a matéria.

Foram encaminhadas duas emendas permitindo a apresentação de candidaturas avulsas à Constituinte, idéia

que conta com o apoio do relator da matéria, deputado Flávio Bierrenbach. A primeira, de autoria do deputado Manoel Costa, do PMDB mineiro, dispõe que São Paulo poderá enviar mais 20 representantes à Constituinte, eleitos sem ser através dos partidos. A outra, encaminhada pelo deputado Floriceno Paixão, do PDT gaúcho, faculta às associações civis e sindicais, ou coligações delas, registrar candidatos à Constituinte, em número não superior ao que é lícito aos partidos. Para que possam registrar seus candidatos, as associações devem ter, isoladamente ou no seu conjunto, mais de cinco mil associados.

O deputado Leur Lomanto (PDS-BA) propõe a realização, no dia da

17 AGO 1985

eleição dos constituintes, de consulta popular para saber se o povo quer a manutenção do presidencialismo ou a instituição do parlamentarismo. Já o deputado Marcelo Linhares (PDS-CE) amplia essa consulta e quer que o povo diga qual a duração do mandato presidencial, se deve ser mantido o bicameralismo e institui o voto majoritário para a eleição dos constituintes.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) quer eleger junto com os constituintes um vice-presidente, pela via direta, em 15 de janeiro de 86. Em caso de morte do presidente da República, assumiria o vice-presidente, e depois de 30 dias, seriam realizadas eleições para escolher o novo vice-presidente. A emenda do deputado Néelson Marchezan antecipa a convocação da

Constituinte para o dia 1º de junho de 86, apenas com a função de preparar a nova Carta. Promulgada a Constituição, a Assembléia será dissolvida e extintos os mandatos de seus membros, convocando-se eleições para deputado federal e senador.

A liderança do PT na Câmara apresentou emenda também antecipando a Constituinte para 1º de março, que começaria a funcionar no dia 21 de abril. O deputado Hermes Zanetti, do PMDB gaúcho, apresentou emenda propondo que, antes de ser promulgada a Constituição, seja realizada consulta popular sobre as emendas que, mesmo rejeitadas, tenham recebido o voto favorável de um terço dos constituintes.

Comissão sai segunda-feira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A relação dos 50 integrantes da comissão de estudos constitucionais — encarregada de alimentar o debate dos temas polêmicos e de preparar o esboço da nova Constituição — será divulgada na segunda-feira, informou, ontem, o ministro-chefe da Casa Civil, José Hugo Castello Branco. Na terça-feira será instalada, sob a presidência do jurista Afonso Arinos.

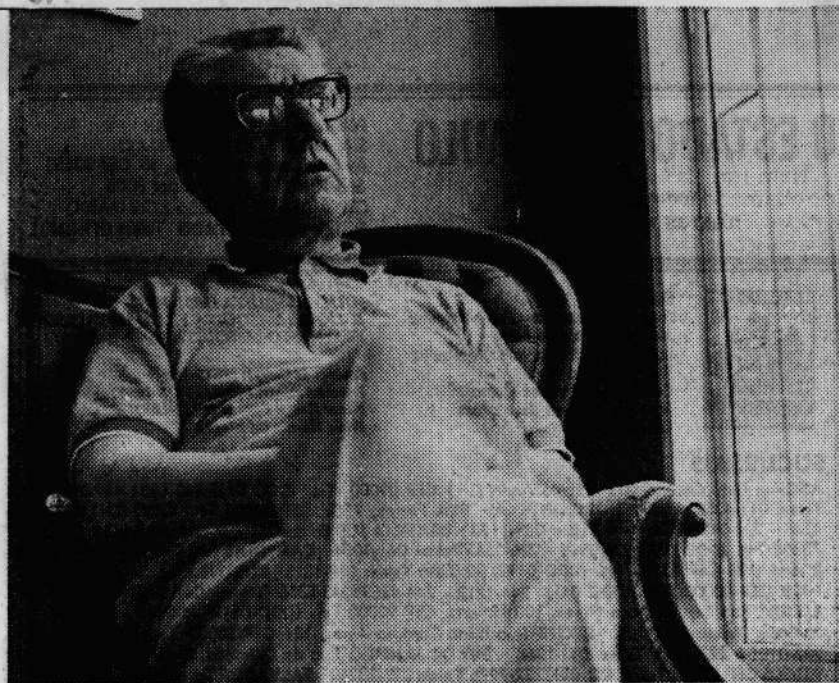
Castello Branco não quis adiantar os nomes da comissão. Muitos deles foram indicados pessoalmente pelo presidente Sarney, outros pinçados da primeira relação feita por Tancredo Neves e, ainda, sugeridos pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra.

ESTADO ARMADO

O presidente do Superior Tribunal Militar, general Heitor Gomes de Almeida, afirmou ontem que as alterações políticas a serem feitas pela Assembléia Nacional Constituinte

“só serão legítimas se estiverem sintetizadas com o sentimento de aperfeiçoamento democrático que mobilizou a sociedade brasileira”, e acentuou que “é de se esperar que as ‘forças vivas’ da Nação participem do debate que, em última instância, se traduzirá no pacto social tão almejado”. Ao falar no encerramento do III Ciclo de Conferências sobre Assembléia Nacional Constituinte, na OAB-DF, sobre “a Assembléia Nacional Constituinte e o STM”, o general considerou indispensável que o Estado esteja armado legalmente para opor-se às pressões internas e externas.

Em sua palestra, o general fez um apanhado geral sobre a Justiça Militar, incluindo a questão da segurança nacional e até propostas do STM à Assembléia Nacional Constituinte. Entre as sugestões, o presidente do STM destacou a supressão, no artigo 129 do Código de Processo Penal Militar, do termo “pessoas que são assemelhadas aos militares”, justificando que “não mais existem pessoas assemelhadas aos militares”.



Arinos presidirá a comissão da Constituinte

Arquivo

ANC 88
Pasta 08/85
073/1985

ANC X